

O CADERNO QUE ERA DIÁRIO: A SELEÇÃO DE CORPUS INFLUENCIADA POR GÊNERO DISCURSIVO E ENSINO DE LÍNGUA

THE NOTEBOOK TURNS OUT TO BE A DIARY: CORPUS CHOICE, DISCOURSE GENRE AND LANGUAGE TEACHING

*Marcelo Módolo**

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

*Nathalia Reis Fernandes***

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: A escolha do *corpus* é, talvez, a parte mais importante do trabalho do crítico textual, uma vez que, a partir daí, abre-se a possibilidade de expor o material e de se encontrar novidades em termos de estudos linguísticos ou literários. No entanto, temos notado uma tendência dos estudiosos dessas áreas em focar em textos cujo gênero é facilmente classificável, talvez pela própria formação desses estudiosos, em um país em que o ensino de gênero foca no instrumentalismo da língua e em gêneros privilegiados pelos vestibulares. A criatividade linguística, com isso, não vem a público, e não se colabora para uma maior disseminação dos gêneros discursivos em formatos não habituais. Este trabalho analisa, portanto, a construção de um gênero de diário menos convencional, mas também importante para os estudos linguísticos e literários.

Palavras-chave: Crítica textual; Gênero discursivo; Bakhtin; Diário; Juca Teles.

Abstract: *Corpus choice may be the most important part of a textual scholar's work, since, from there, the material has an open road to reach the world and there is an increased chance to find novelties in terms of linguistic and literary studies. But we have noticed a tendency of the scholars in these areas to focus on texts whose genre is easily classifiable, perhaps by the very formation of these scholars, in a country where genre teaching focuses on the instrumentalism of the language and in genres privileged by admissional tests to college. Linguistic creativity, therefore, does not come to the public, and there is no contribution to a greater dissemination of discursive genres in unusual formats. This work analyses, therefore, the construction of a less conventional diary genre, but also important to linguistic and literary studies.*

Keywords: *Textual Scholarship; Discourse Genres; Bakhtin; Diary; Juca Teles.*

* Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas; modolo@usp.br

** Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, Brasil; Programa de Filologia e Língua Portuguesa; nathlet@gmail.com

Introdução

O trabalho do crítico textual parte de uma premissa aparentemente simples, mas que pode se revelar como a fase mais complexa de todo o processo: a escolha do *corpus*. Nesta análise, procuramos destacar documentos¹ incomuns, que à primeira vista não captariam o interesse, tanto da pesquisa quanto do público em geral. Essa opção nos deu a oportunidade de adentrar outros filões ainda pouco explorados, como os cadernos de anotações de Benedicto de Souza Pinto, conhecido na cidade de São Luiz do Paraitinga (SP) como Juca Teles.

Sendo esse documento de tal grau de intimidade, possui um alto potencial de exploração para a crítica textual e para a análise do discurso, não apenas em razão do gênero discursivo, mas também da sua história e das suas características particulares: há intensa alternância de gêneros ao longo dos cadernos, alto grau de impessoalidade dos registros de fatos da rotina do autor e mostras do aparente cuidado com o qual o autor parecia tratar estas cadernetas.

Todavia essa descoberta só foi possível pelo fato de não termos nos permitido ficar vinculados a determinado tipo de documentação preferida, a qual expõe gêneros discursivos utilizados de forma rígida. Basta lembrar, nos dizeres de Bakhtin, que os gêneros são enunciados *relativamente estáveis* (v. BAKHTIN, 1984, pp. 265 e ss.), e a análise de produção textual deve ter atenção para esse fato, assim como o crítico textual, ao considerar ou não determinado documento em seu trabalho. Determinados preconceitos ou costumes podem distanciar o pesquisador daquilo que não parece pertencer a um gênero discursivo que goza de prestígio, digamos, pela sua origem ou pela relevância do autor, como é o caso daqueles gêneros ligados à produção de documentação oficial.

Contudo não só o crítico textual está sujeito a restringir seu olhar para determinado gênero. O ensino de língua e literatura também corre esse risco. E, se essa visão é transmitida ao aluno, perde-se uma grande chance de transmitir a noção de

¹ *Documento*, aqui, está no sentido de “texto, ou qualquer outro objeto que se colige como prova de autenticidade de um fato e que constitui elemento de informação” (HOUAISS, 2009, p. 705).

que a expressão verbal pode se dar de formas mais variadas do que se imagina – e de que o gênero é apenas um marcador da maneira pela qual o texto surgiu.²

O próprio indivíduo, em sua subjetividade, sai ganhando quando essa visão sobre gêneros discursivos é ampliada, pois se amplia também sua capacidade de apropriação do mundo, ao se valorizar mais do que cânones no ensino de língua e literatura. Estimula-se a valorização do diferente, ao invés do excessivo foco em massificações, até porque agir desta maneira estimula a aproximação em relação ao que realmente ocorre no mundo dos fatos e permite maior clareza – ainda que, para tornar esse fato possível, seja necessário romper com uma tradição e costumes arraigados, ação que não deve ser temida pelo pesquisador.

A massificação, aliás, é um fenômeno claramente observado na educação brasileira, voltada para o vestibular e para a produção de textos dissertativos restritos ao gênero “dissertação escolar”, ignorando a multiplicidade de gêneros do discurso dissertativo-argumentativo (VIDON, 2015, p. 488), mesmo havendo recomendação governamental no sentido de que todos os gêneros deveriam ser estimulados (v., a respeito, PCNs, 1997, esp. pp. 23-24, p. 44).

Isso talvez ocorra em função de uma tendência social já arraigada à imposição no plano da educação:

Ditamos idéias. Não trocamos idéias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos *sobre* o educando. Não trabalhamos *com* ele. Imponhamos-lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para o pensar autêntico, porque recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda. Não as incorpora porque a incorporação é o resultado de busca de algo que exige, de quem o tenta, esforço de recriação e de procura. Exige reinvenção (FREIRE, 1989, pp. 96-97).

A massificação é incômoda, portanto, tanto no que concerne a ideias em geral quanto no que concerne aos gêneros discursivos e documentos de interesse para a crítica textual. Não permite que o ensino se abasteça de frescor ou novidade, e

² Aqui, como visto, adotamos o posicionamento bakhtiniano sobre a formação dos gêneros, que traz essa noção. V., p. ex., a respeito, Fiorin, 2016, pp. 70-71.

muito menos que os alunos possam ter contato com a multiplicidade de meios de expressão existentes na língua.

1 Juízo crítico

A massificação pode se voltar contra a própria sociedade, no sentido de não permitir a expressão da discordância e do diálogo, que, conduzidos de forma construtiva, favorecem o crescimento positivo pessoal e social.

Nesse sentido, a teoria dos gêneros e a crítica textual podem contribuir para uma reflexão sobre a produção textual em sala de aula, e de forma evidente, que possa ser facilmente levada à prática. Afinal, o próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de estar próximo ao concreto, de forma a quase se confundir com a prática (FREIRE, 1996, p. 20).

Araújo (2014), a respeito do ensino de literatura, afirma que formular um juízo crítico em literatura, se a própria escolha das obras já está “canonizada”, é muito difícil. Em sua experiência como professor de literatura, apurou a dificuldade em fixar qualidade estética como parâmetro para a formação do cânone, uma vez que não é possível fixar de forma unânime as obras que têm essa qualidade ou não – embora o que se veja nos bancos escolares (e também na universidade) seja justamente a imposição desses cânones sem muito estímulo à reflexão, segundo esse autor.

Em termos de gêneros discursivos, o problema não é diferente se atentarmos para o fato de que estamos acostumados a olhar para os gêneros de forma estanque, talvez até formulaica, e valorizando determinados gêneros em detrimento de outros.

Como visto anteriormente, isso acaba tendo reflexos no trabalho do crítico textual, que, por formação ou hábito, pode desconsiderar este ou aquele material, em virtude de “não parecer interessante”, não expor um gênero valorizado.

O trabalho de busca documental e a edição levada a cabo pelo crítico textual, por sua vez, ao serem disseminados na academia, acabam por influenciar alunos na universidade, futuros professores – que terão a oportunidade de influenciar seus alunos no ensino fundamental, médio e superior, e assim por diante. É o mesmo se pode dizer do trabalho do linguista histórico e do historiador, que podem sofrer as mesmas influências e inspirar futuros pesquisadores de suas áreas.

Neste passo, estimular o pensar acadêmico a refletir sobre o texto que está diante de si e, conforme a temática bakhtiniana, tomar a determinação de gênero como um sinal dos elementos que o compõem, é dar-lhe mais ferramentas para entender o ensino de linguagem de uma forma mais ampla e mesmo interdisciplinar, se atentarmos, por exemplo, para o aspecto histórico que envolve cada documento, bem como para o que estava envolvido em sua formação.

Não é um trabalho simples, contudo, uma vez que, tradicionalmente, há fortalecimento da concepção instrumental/funcional da linguagem na escola, que não se liga à concepção interativa/dialógica que une gêneros a campos discursivos, como o faz Bakhtin (*apud* VIDON, 2013, p. 746), o que acaba por afetar os professores em sala, por mais que recebam a influência da academia.

Mas a valorização da multiplicidade dos gêneros discursivos é de extrema relevância, uma vez que o texto e o discurso são muito mais complexos e diversos do que se supõe, a refletir a complexidade própria do ser humano. A esse respeito, já se afirmou em estudo anterior:

Cotidianamente, todos produzimos conteúdo das formas mais distintas, e pensamos que os pequenos atos do dia-a-dia não têm qualquer significado especial. Não nos alinhamos a este pensamento, já que acreditamos que o ser humano sempre possui uma intenção por trás de seus atos – consciente ou inconsciente, individual ou coletiva – e essa intenção pode ser destrinchada a partir dos seus menores atos.

Isso pode parecer um tanto quanto destoante do propósito da teoria do texto ou da filologia e mais afeito à teoria psicológica, por exemplo. Mas desconsiderar esses pequenos atos – ao menos os escritos, para focar naquilo que é nosso objeto de estudo – é deixar passar uma oportunidade de adentrar singularidades que podem não só ajudar a reconstruir um pensamento ou obra, mas principalmente abrir novos horizontes, em especial à investigação filológica, que poderá se abrir para outros tipos de registros escritos aparentemente irrelevantes ou não lineares, mas que estão à espera de serem analisados, observados, estudados (FERNANDES, 2017, p. 125).

E essa diversidade não só pode como deve ser apresentada ao aluno, seja no ensino fundamental/médio, seja na universidade. Como prova dessa diversidade e das possibilidades nela contidas, apresentamos nossa análise de uma documentação

que, aparentemente, fazia parte de um gênero discursivo e, em realidade, estava contida em outro: os cadernos de Juca Teles.

2 Nem tudo é o que parece: o caderno que era diário

Em Fernandes (2017), observamos o quanto uma documentação aparentemente despreziosa poderia ter repercussão do ponto de vista filológico e linguístico, partindo do pressuposto bakhtiniano acima mencionado acerca da flexibilidade constitutiva dos gêneros discursivos.

Os cadernos de Juca Teles (alunha de Benedicto de Souza Pinto), personagem folclórica de São Luiz do Paraitinga (SP), consistem em anotações manuscritas que, em um primeiro momento, apresentam-se como uma colcha de retalhos aparentemente confusa e sem interesse – indicando, talvez, um gênero que poderia ser chamado justamente *anotações* –, que, na realidade, manifestam-se como um *diário* repleto de referências deliciosas sobre o cotidiano, os costumes e as pessoas dessa cidade.

Evidentemente, um olhar estanke sobre as características dos gêneros do discurso não permitiria tal conclusão. Foi preciso analisar a obra e dela extrair referências que a aproximassem deste ou daquele gênero. Afinal, a expressão textual manifestava-se fragmentada, misturando, às vezes na mesma página, lembretes de trabalho, registros da vida diária do autor e poemas de sua autoria, como se vê do fólio abaixo (fig. 1):

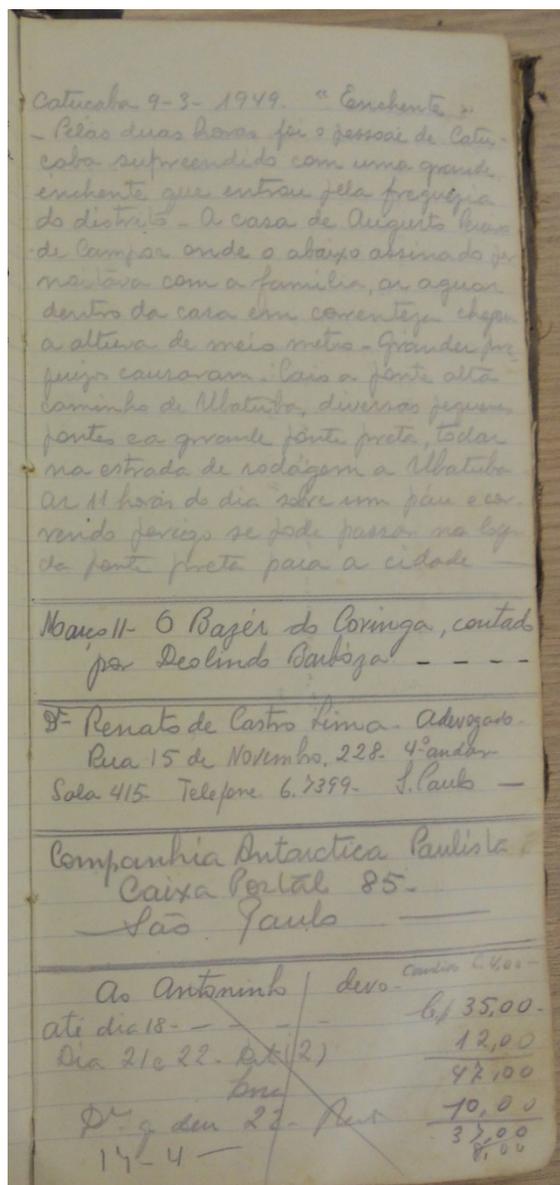


Figura 1: página do caderno de Benedicto de Souza Pinto.

Segue, a título ilustrativo, a transcrição desse trecho:

Catuçaba 9-3-1949. "Enchente" – Pelas duas horas foi o pessoal de Catuçaba surpreendido com uma grande enchente que entrou pela freguesia do distrito – A casa de Augusto Pereira de Campos onde o abaixo assinado pernoitava com a família, as águas dentro da casa em correnteza chegou a altura de meio metro – Grandes prejuízos causaram – Caiu a ponte alta caminho de Ubatuba, diversas pequenas pontes e a grande ponte preta, todas na estrada de rodagem a Ubatuba

– as 11 horas do dia sobre um páu e correndo perigo se pode passar na [lagoa] da ponte preta para a cidade –
Março 11 – O Bazér do Coringa, contado por Deolindo Barbóza – – – –
Dr. Renato de Castro Lima – Adevogado
Rua 15 de Novembro, 228 – 4.º andar– sala 415 – Telefone 6.7399 – São Paulo –
Companhia Antartica Paulista
Caixa Postal 85 – São Paulo –
Ao Antoninho devo – <Candido Cr 4,00>
Até dia 18 – – – – – Cr\$ 35,00
Dia 21 e 22 – [Dito] (2) 12,00
Soma 47,00
Dr. que deu 22 – [inint.] 10,00
14-4- 37,00
8,00

Aqui se nota que, ao final de um trecho que se apresenta como narração, há uma série de anotações dispersas que ocupam o espaço logo em seguida. Não há linearidade de exposição, no sentido de que, como já mencionado anteriormente, os blocos de texto se sucedem em aparente falta de lógica – o que confere a ideia de escrito marginal e/ou aleatório. Não há um atrativo evidente para que o crítico textual tenha interesse nesses escritos.

Em um primeiro momento, em meio à fragmentação do texto, foi necessário averiguar se estávamos diante de um único gênero ou se havia pura e simplesmente a mistura de diversos gêneros em um mesmo suporte. Chegamos à conclusão de que se tratava de um único gênero, a partir das premissas bakhtinianas de formação do gênero: o projeto discursivo e o objeto de discurso.

Em cada um dos “subgêneros” havia um projeto discursivo voltado para a vida pública (individual ou coletiva), bem como um objeto do discurso sempre conectado ao todo da cidade, ainda que expondo algo muito específico de uma das *personas* assumidas por Benedicto de Souza Pinto (que se revezava nos papéis de oficial de justiça, bufão municipal e cidadão comum). A partir daí, concluímos que a fragmentação era apenas aparente, porque o conteúdo se voltava para a vida pública e para a descrição da vida e do cotidiano de São Luiz do Paraitinga. Estávamos diante de um todo único, ainda que composto à maneira de *patchwork*.

Com base em elementos da teoria psicológica humanista/transpessoal,³ apuramos que Benedicto não era o autor factual do texto, uma vez que sua ligação intensa com a cidade o tornava um canal para a expressão do inconsciente coletivo de São Luiz. A coletividade de São Luiz do Paraitinga, portanto, era a verdadeira autora – o que não deve causar estranheza, a julgar pelo fato de que outras ciências humanas, como a história,⁴ a psicologia⁵ e o direito,⁶ têm cada vez mais admitido a particularização/individualização de fenômenos coletivos, que podem se apresentar como entidades à parte dos indivíduos que as compõem.

De posse dessas conclusões, restava verificar em qual gênero do discurso se encaixaria o texto, partindo de nossa premissa inicial de que se trataria de um diário.

Com base em obra de referência de Girard (1963) sobre o assunto, também na extração de características comuns de três reconhecidos diários (*Diário de uma viagem ao Brasil*, Maria Graham; *O turista aprendiz*, Mário de Andrade; *O brilho*

³ Ainda, a respeito das semelhanças entre Bakhtin e Freud, v. Lima e Perini, 2009; sobre o uso da teoria psicológica de modo geral em meio à teoria bakhtiniana, v. Fernandes, 2017.

⁴ A partir da diferenciação entre história e memória coletiva: “É [a memória coletiva] uma corrente de pensamento contínuo, de uma comunidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo. [...] A história divide a sequência dos séculos em períodos, como se distribui o conteúdo de uma tragédia em vários atos. Porém, enquanto que, numa peça, de um ato para outro, a mesma ação prossegue com os mesmos personagens, [...], na história se tem a impressão de que de um período a outro, tudo é renovado, [...], e que, se aparentemente reaparecem os mesmos grupos, é porque as divisões exteriores, que resultam dos lugares, dos nomes, e também da natureza geral das sociedades, também subsistem” (HALBWACHS, 1990).

⁵ A partir do conceito junguiano de inconsciente coletivo: “A structural layer of the human psyche containing inherited elements, distinct from the personal unconscious. [...] The collective unconscious – so far as we can say anything about it all – appears to consist of mythological motifs or primordial images, for which reason the myths of all nations are its real exponents. [...]” (SHARP, 1991).

⁶ A partir da noção de direitos difusos e coletivos, exposta, por exemplo, na Lei de Ação Civil Pública e no Código de Defesa do Consumidor: “A defesa coletiva será exercida quando se tratar de: I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato; II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base; III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum” (art. 81, parágrafo único, da Lei 8.073/91, Código de Defesa do Consumidor).

do bronze, Boris Fausto), concluímos que um diário, tradicionalmente — para ser reconhecido como tal — deveria se revestir das seguintes características:

- (i) os fatos convergem para a pessoa do autor;
- (ii) a visão do escriba sobre os fatos descritos é unilateral;
- (iii) os fatos são rotineiros, fazem parte da vida do autor de alguma forma e estão ligados ao projeto discursivo;
- (iv) há indicação da data dos fatos e sequência cronológica dos fatos descritos.

Inferimos, pela aplicação dessas características ao *corpus* estudado, que os cadernos de Juca Teles se encaixam perfeitamente nessas descrições, uma vez que:

- (i) os fatos efetivamente convergem para o autor, que não é Juca Teles, mas sim a coletividade de São Luiz do Paraitinga, como também demonstrado no estudo em questão:

O povo convergindo para Matriz ia assistir a missa e a grande Comunhão Geral – a 1.^a missa foi celebrada pelo Rvmo. Pe. José Maria Guimarães Alves, diretor da Escola Cantorum de São Luiz do Paraitinga, onde ele é Coadjutor [...]
Falou por ultimo Benedicto de Souza Pinto, amigo do homenageado – Representando a família de Juca Teles do Sertão das Cotias, presente e sua mulher Nha Fabiana [...] ⁷

- (ii) a visão dos fatos é aquela que o cidadão médio de São Luiz teria:

Para salientar o péssimo estado de sujeira que se acha a cidade onde nasceu o grande cientista Ozvaldo Cruz, ainda em frente o ex-hotel Central sito a rua Cel. Domingues de Castro, ao abrir no dia com Sól abrasador o encanamento de uma privada o que continha no encanamento sai pela sarjeta e passando pela frente do referido hotel, farmacia popular, pensão familiar, padaria São Benedicto, açougue do povo, armazem de Celestino Pedroso, vae até o Rio Paraitinga – ainda

⁷ Ao longo dos trechos em narrativa, Benedicto se refere a si mesmo em terceira pessoa, o que reforça a impessoalidade do relato.

passa em frente da pensão Santa Terezinha “Pobre do nariz”, Quem ri mais do acontecido?;

(iii) os fatos claramente fazem parte da rotina da cidade:

Abril 10 – “Elas não sabem o que fazem” – Aguardando a hora da procissão – do encontro de N. Senhora as meninas da cruzada uniformizadas cantam em ródia o “Vem má vé, má vé e depois em corrimaças até a frente da Matriz – Quem as dirigi, pergunto?

Beirando as paredes do mercado que fica em frente a – Matriz – diversas barraquinhas nas quaes são vendidos diversos objetos Estendidos no chão em diversos pontos os conhecidos “Mascates” fazem as vendas de objetos -;

(iv) as datas e a sequência cronológica, muito embora não possam ser claramente verificadas em 100% das entradas, podem perfeitamente ser inferidas a partir da sequência dessas mesmas entradas.

Ao atribuímos características ao gênero diário, contudo, nossa intenção foi meramente estabelecer premissas que facilitassem o estudo e apoiar o olhar do pesquisador ao se deparar com produção textual aparentemente despreziosa – especialmente em virtude da complexidade de definição do gênero discursivo utilizado, que saltou aos olhos a partir de uma análise mais cuidadosa.

Não há, portanto, a intenção de “determinar” o gênero diário segundo premissas fechadas, até porque gêneros discursivos não são formas comunicativas adquiridas em manuais, mas sim nos processos interativos (MACHADO, 2008, p. 157).

Neste caso, quando se fala em diário, há duas situações que se mostram de forma mais evidente:

(i) o que salta aos olhos de imediato é a riqueza de informações históricas, sociais e até mesmo demográficas⁸ que podem estar ali contidas, uma vez que se faz o registro de um tempo e lugar muito particulares;

⁸ É interessante notar que os trechos em que Benedicto faz anotações inerentes a seu trabalho

- (ii) as intenções do autor imediato (ainda que canalizando o pensamento do autor mediato, o coletivo) se direcionaram para o relato do cotidiano e suas minúcias, ainda que de forma não óbvia.

Nota-se, portanto, que de escritos inicialmente estranhos, complexos, sem sentido aparente, foi possível extrair uma visão mais rica e mais interessante sobre o gênero diário, assim como se pôde verificar a existência dessa intrincada, sutil e curiosa autoria coletiva.

3 Pensar o texto: para além da normatização

O exercício de reflexão sobre o gênero diário demonstra a riqueza a explorar dentro de um mesmo *corpus*, de forma a enriquecer o conhecimento sobre a produção textual e os gêneros discursivos.

Daí se conclui que, em relação ao texto manuscrito, é possível abrir mão dos parâmetros a que estamos condicionados, de forma não só a trazer maiores contribuições históricas e sociológicas (também em vertente linguística), mas também para trazer à tona novas visões, novas formas de pensar o texto, que vão além da normatização.

A partir daí que exsurge uma grande responsabilidade para o crítico textual.

Já mencionamos, nos itens iniciais, o quanto a massificação dos conceitos e ideias tem tornado rígido e sem criatividade o ensino de gêneros discursivos. Também já expusemos anteriormente o quanto o trabalho do crítico textual pode interferir na visão que se tem dos gêneros, assim como pode ser influenciado por essa mesma visão. Para tanto, é importante não só recuperar a documentação antiga, mas, principalmente, ater-se a materiais que podem trazer novidades não só em termos filológicos, mas mesmo em termos de gêneros discursivos (como, por exemplo, a descoberta de um gênero que não é mais usado nos dias de hoje).

Em razão disso que sustentamos que, para além da relevância história e social, e da preocupação linguística focada majoritariamente em questões estruturais,

contêm informações específicas sobre dívidas, idade, detalhamento familiar etc. Nesse sentido, poderiam, talvez, servir como respaldo a dados demográficos ou genealógicos.

esses estudiosos também deveriam ter atenção para o gênero discursivo que se manifesta em cada *corpus*.

Esse fato não tem consequências apenas sobre a pesquisa dos gêneros discursivos em si (que, evidentemente, se beneficiaria). Vislumbramos outras duas consequências dessa atitude sobre a valoração do material que chega às mãos dos críticos textuais:

- (i) existe uma maior possibilidade de inclusão, em pesquisa, de material “menos óbvio”, talvez até menos “glamouroso”, sem vinculação a arquivos privados famosos ou públicos – qualquer documento pessoal poderia vir a ser editado. Isso pode trazer a estudo não só *corpora* apresentando gêneros peculiarmente desenvolvidos, como ocorre nos cadernos de Benedicto de Souza Pinto, como também pode revelar novas possibilidades em termos de gênero discursivo; e
- (ii) a maior inclusão desses *corpora* apresentando gêneros diferenciados pode fazer incidir luz sobre as variadas possibilidades criativas do texto, influenciando, de forma reflexa, o ensino.

A crítica textual pode, portanto, trazer novos horizontes para a pesquisa do texto e trazer algum impacto sobre a exposição da multiplicidade dos gêneros discursivos, entretecendo a curiosidade do aluno e apoiando-o em sua descoberta do mundo escrito, desconstruindo a noção rígida que se tem a respeito deste último.

A estruturação curricular de cada instituição de ensino depende de variáveis diversas, dentre as quais se encontra justamente a opção de valorizar apenas o que é pedido no vestibular, por exemplo – que, via de regra, foca em dissertações baseadas em um único gênero, como visto anteriormente, mas conta com exceções interessantes, como a prova de redação do vestibular da Unicamp, que se abre para a utilização de outros gêneros.⁹ Porém a pesquisa não pode deixar de fazer a sua contribuição, de forma a influenciar e chamar a atenção da docência.

⁹ Essa prova, no vestibular de 2018, merece méritos por ter exigido do candidato a elaboração de textos fora do “cânone” dissertativo: o candidato deveria optar entre um artigo de opinião e uma palestra.

Dessa forma, crescem as chances de exposição do aluno (tanto no ensino fundamental/médio como na universidade) à propalada multiplicidade dos gêneros, e de compreender que o fenômeno discursivo é muito mais amplo e criativo do que supõe.

Conclusão

O julgamento apressado na valoração de importância deste ou daquele material manuscrito, a partir do gênero discursivo que nele se manifesta, faz com que o pesquisador se arrisque a perder *corpora* valiosos para estudo.

O que se vê da rotina da crítica é o estudo sobre gêneros discursivos já amplamente explorados. Gêneros associados à produção de documentação pública, o gênero carta, tudo isso já foi trazido à tona, tradições exploradas a contento pela diplomática, como em Belloto (2002). Não sabemos quais mistérios podem estar escondidos em produção textual “comum”, sem valor imediatamente aferível.

E isso ocorre justamente por conta do que já mencionamos a respeito da filiação excessiva ao ensino da língua como função instrumental. Ao trazermos para a crítica textual também uma função de valoração do texto, pensando nele por seu potencial intrínseco, passamos a estimular um mínimo de juízo crítico que pode colaborar, a seu modo, para uma mudança nesse estado de coisas, conforme exposto anteriormente.

Temos plena consciência das dificuldades que o ensino de língua enfrenta, mais particularmente, dos gêneros discursivos. Todavia, a crítica textual pode dar sua colaboração para a mudança de paradigmas tão sensíveis e complexos.

A crítica textual tem potencial para ser um cadinho em que a oferta de material de estudo condicione o próprio estudo. A partir do momento em que só procuramos os mesmos documentos como fonte e *corpora*, ofereceremos apenas os mesmos materiais para todo um séquito de estudiosos e, de certa forma, não colaboraremos com a disseminação da variedade de formas pelas quais a riqueza de linguagem do nosso povo se expressa.

Pode-se dizer, portanto, que a crítica textual tem potencial para *manipular* o estudo dos gêneros, de forma positiva, desde que os críticos não tenham medo de se abrir para o novo e o diferente, e de expor essa novidade.

Referências

ARAÚJO, N. Por uma pedagogia do “como se”: em torno de uma experiência pedagógica na graduação em Letras da UFMG. *Educação em Revista*, v. 30, n. 4, pp. 127-152, out.-dez. 2014.

BAKHTIN, M. *Esthétique de la création verbale*. Trad. Alfreda Aucouturier. Paris: Gallimard, 1984.

BELLOTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002 (Coleção Como Fazer, v. 8).

BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor* (Lei 8.073/91). <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm>. Acesso em 7.3.2018.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa* (PCNs). Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em 10.9.2018.

FERNANDES, N. R. *Expressão coletiva e gênero textual nos cadernos de Juca Teles do Sertão das Cotias: por um estatuto do gênero diário*. 204 p. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-16032018-132702/pt-br.php>>. Acesso em 10.4.2018.

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Contexto, 2016.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIRARD, A. *Le journal intime*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LIMA, S. M. M.; PERINI, R. Bakhtin e Freud: aproximações e distâncias. *Bakhtiniana: revista de estudos do discurso*, v. 1, n. 2, pp. 80-99, 2.º sem. 2009.

MACHADO, I. “Gêneros discursivos”. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 151-166.

SHARP, D. *Jung lexicon: a primer of terms & concepts*. <<http://www.psychceu.com/jung/sharplexicon.html>>. Acesso em 7.3.2018.

VIDON, L. N. A prática escolar de ensino de gêneros do discurso dissertativo: pedagogia da dessubjetivação. *Revista do GEL*, v. 42, n. 2, pp. 743-755, 2013, disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/42/el42_v2_maio-ago_t14.pdf>. Acesso em 10.2.2018.

VIDON, L. N. Letramento escolar e ensino do texto: entre a tipologia textual e os gêneros do discurso. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, v. 8, n. 10.1, pp. 328-343, 2015, disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/viewFile/8366/5939>>. Acesso em 10.2.2018.

Recebido em 20/04/2018.

Aprovado em 17/07/2018.